

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Rafael de Jesus da Fonseca

**A INFLUÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO MILITAR NA ÁREA DE SEGURANÇA
NACIONAL**

Resende
2019

Rafael de Jesus da Fonseca

**A INFLUÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO MILITAR NA ÁREA DE SEGURANÇA
NACIONAL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Cel Ajamir Brito de Melo

Resende
2019

Rafael de Jesus da Fonseca

A INFLUÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO MILITAR NA ÁREA DE SEGURANÇA NACIONAL

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em ___ de _____ de 2019.

Banca examinadora

Ajamir Brito de Melo, CEL CAV - Orientador

Stanley Frota da Silva, MAJ INT - Avaliador

Olavo Travassos Pereira da Silva, MAJ ENG - Avaliador

**Resende
2019**

“Se enxerguei mais longe, foi porque me apoiei sobre os ombros de gigantes.”

Isaac Newton

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma puderam contribuir em minha jornada acadêmica, em especial:

A Deus, pelo dom da vida.

A minha família que sempre me apoiaram desde antes desta jornada acadêmica, destacando meu pai e minha mãe que desde sempre me mostraram o valor do estudo.

A minha companheira, por todo empenho em me apoiar da forma como eu precisasse e por compreender os momentos difíceis.

Ao orientador Cel Ajamir Brito, que com uma paciência jônica, orientou a consecução deste trabalho.

Aos companheiros de turma, que estiveram comigo em todos os momentos de dificuldade ao longo destes cinco anos de formação. Os bons momentos jamais serão esquecidos.

RESUMO

O período dos governos militares no Brasil (1964-1985) está inserido num contexto político bastante instável. O fim da Segunda Guerra Mundial marcou o início da Guerra Fria, caracterizada por uma disputa entre Estados Unidos e União Soviética no campo político, científico, militar, ideológico e até mesmo, em algumas ocasiões, esportivo. As superpotências disputavam principalmente áreas de influência ao redor do mundo. Este litígio caracterizava-se pelo conflito ideológico entre o capitalismo americano e o comunismo soviético. Neste contexto, os governos militares foram imprescindíveis para que, por meio de uma Doutrina de Segurança Nacional, o comunismo não se tornasse a ideologia dominante no país e o mesmo não se tornasse uma república socialista fantoche da União Soviética. Este trabalho visa estudar essa Doutrina de Segurança Nacional, qual foi o seu impacto na sociedade brasileira, e, mais precisamente, na área de defesa nacional, inclusive nos dias de hoje. São estudados também conceitos importantes para o entendimento do contexto político e social em que a Doutrina foi desenvolvida e aplicada.

Palavras-chave: Governos militares; comunismo; Escola Superior de Guerra; Doutrina de Segurança Nacional; Defesa Nacional.

ABSTRACT

The period of military governments in Brazil (1964-1985) was inserted in a rather unstable political context. The end of the Second World War marked the beginning of the Cold War, characterized by a dispute between the United States and the Soviet Union in the political, scientific, military, ideological and even sporting fields. The superpowers mainly disputed areas of influence around the world. This litigation was characterized by the ideological conflict between American capitalism and Soviet communism. In this context, the military governments were indispensable so that, through a National Security Doctrine, communism did not become the dominant ideology in the country and it didn't become a socialist republic puppet of the Soviet Union. This work aims to study this National Security Doctrine, what were its impacts on Brazilian society, more precisely in the area of national defense, nowadays including. Important concepts are also studied for the understanding of the political and social context in which the Doctrine was developed and applied.

Key-words: Military Governments; comunism; Escola Superior de Guerra; National Security Doctrine; National Defense.

LISTA DE ABREVIATURAS

AIB: Ação Integralista Brasileira

ANL: Aliança Nacional Libertadora

DSN: Doutrina de Segurança Nacional

ESG: Escola Superior de Guerra

EUA: Estados Unidos da América

FFAA: Forças Armadas

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LSN: Lei de Segurança Nacional

MOBRAL: Movimento Brasileiro de Alfabetização

MR-8: Movimento Revolucionário 8 de outubro

NWC: National War College

OEA: Organização dos Estados Americanos

PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios

SUS: Sistema Único de Saúde

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VAR-Palmares: Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Jango faz seu último discurso em um comício na Central do Brasil, 1964;

FIGURA 2: Tropas de inclinação comunista avançam sobre quartel na Praia Vermelha, 1935;

FIGURA 3: Organograma Ação Integralista Brasileira, 1936.

FIGURA 4: Presidente estadunidense John Fitzgerald Kennedy, assassinado em 1963.

FIGURA 5: O livro vermelho de Mao, publicado pela primeira vez em 1964

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
1.1	ANTECEDENTES.....	09
2	REFERENCIALTEÓRICO	12
2.1	TEMA.....	13
2.2	PROBLEMA.....	13
2.3	HIPÓTESE.....	13
2.4	OBJETIVO GERAL.....	14
2.5	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
2.6	LEI DE SEGURANÇA NACIONAL.....	14
2.7	GUERRA FRIA.....	16
2.8	DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL.....	18
2.9	GUERRA REVOLUCIONÁRIA.....	20
3	REFERENCIAL METODOLÓGICO	22
4	O MOVIMENTO ESTUDANTIL SUBVERSIVO	23
5	O IMPACTO DA DSN NA SOCIEDADE	25
6	AS FFAA E A SEGURANÇA NACIONAL PÓS 1985	28
7	CONCLUSÃO	30
8	REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Em razão da narrativa que se criou e que se é passada nos centros de educação país afora, tem-se a necessidade de uma análise deste período da história do Brasil sem a influência de ideologias. Uma análise que leve em consideração apenas fatos e documentos e dados oficiais. Devido a sensibilidade do tema, tem-se uma dificuldade latente em se conseguir materiais para compor a pesquisa bibliográfica, porém, através de artigos científicos e trabalhos já publicados, foi possível a elaboração da pesquisa cujo produto foi este trabalho.

O período da administração militar no Brasil (1964-1985) é o capítulo mais distorcido da história brasileira. Isso se dá, principalmente, pelas motivações político-ideológicas daqueles que o pesquisam. Tais motivações comprometem o estudo e a análise imparcial dos fatos, comprometendo, portanto, a produção do conhecimento. O resultado disso é a criação e a difusão de uma narrativa na qual apenas um lado da história é contemplado, incentivando a repulsa pelo beligerante e a sua história.

Com a renúncia de Jânio Quadros, coube ao então vice-presidente da república, João Goulart, a assunção da Presidência da República. Por estar em visita oficial à República Popular da China, o presidente da câmara dos deputados, Ranieri Mazzilli, assume interinamente o cargo de Presidente da República. (CANCIAN, 2014)

A assunção de João Goulart, popularmente conhecido por Jango, à Presidência da República no auge da guerra fria não foi bem recebida devido à sua forte orientação esquerdista. Orientação essa que seria comprovada em seu governo com a aproximação do presidente a lideranças sindicais, incentivo às greves e a acentuada estratégia populista empregada nas mobilizações das classes populares a fim de se obter o apoio social necessário para viabilizar sua governabilidade.

Na madrugada do dia 2 de abril de 1964, em uma sessão deveras conturbada do Congresso Nacional, foi declarada a vacância da Presidência da República pelo presidente do congresso, passando o cargo de presidente da república para o então presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzili, que fica na função por 16 dias, precedendo o Marechal Costa e Silva que governa de 1964 a 1967 (AGÊNCIA SENADO, 2013).



Figura 1. Fonte: <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/03/movimentacao-para-o-golpe-de-1964-se-intensifica-apos-discurso-de-jango-no>

O escopo deste trabalho, porém, limita-se ao impacto da administração militar na área de segurança nacional. Qual foi a importância que esta área passou a ter na agenda do governo no período de administração militar (1964-1985)? Quais assuntos entraram em voga e passaram a compor a gama de responsabilidades dessa área? O que foi feito no sentido de se priorizar essa área, fazendo com que a mesma adquirisse um papel de protagonista na agenda de governo dos chefes de Estado? Quais foram os principais marcos nesta área durante a administração militar?

1.1 ANTECEDENTES

Antes dos governos militares, a área de segurança nacional já possuía o seu lugar nas agendas de governo. Obviamente a importância que se dava ao assunto era sazonal. Ora muito em voga, ora não, parecia depender de acontecimentos externos importantes para que fosse discutido.

Após a independência do país, em 1822, o tema central do governo na área de segurança era a manutenção da ordem pública. Esta prioridade foi elencada pelo primeiro secretário nomeado para a pasta da justiça no período regencial, o Padre Diogo Antônio Feijó. Os distúrbios da ordem pública na época, segundo ele, eram “provocados por conflitos entre liberais exaltados ou moderados, federalistas e republicanos, facções políticas condensadas ao longo dos últimos anos do Primeiro Reinado” (SÁ NETTO, 2011, p.13). Da necessidade de se combater tais distúrbios é criada, em 1831, a Guarda Nacional e idealizada como “elemento de coerção das classes urbanas perigosas” (SÁ NETTO, 2011 apud FRAGOSO, 1996, p. 199). Vale lembrar que não somente a ordem pública mas

também a integridade territorial brasileira foram bastante ameaçadas, também nesse período regencial, pelas revoltas escravas, dentre as quais destacam-se a Farroupilha, a Cabanagem e a Revolta dos Malês. Neste contexto, ressalta-se o papel do Exército Brasileiro e de figuras como o Marechal Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias na luta pela ordem e integridade do país.

Antes do século XIX terminar ainda aconteceria a maior guerra já travada na América do Sul. A Guerra da Tríplice Aliança foi sem dúvidas um marco na segurança nacional do país. Com a invasão das províncias do Mato Grosso em 1864 e do Rio Grande do Sul em 1865, respectivamente, o Império constatou “a necessidade de (re)organizar uma força terrestre nacional” (FERRER, 2005, p. 125) para que pudessem fazer frente ao inimigo invasor com um efetivo de aproximadamente 80000 homens. Antes do conflito, o Brasil possuía forças de segurança fragmentadas que não estavam preparadas para uma guerra em escala nacional. A defesa das regiões isoladas nas fronteiras eram confiadas às organizações bélicas locais compostas pelos próprios proprietários de terras, a exemplo da província do Rio Grande do Sul. Após o conflito, o agora reorganizado Exército Brasileiro passava, cada vez mais, a ocupar um espaço de maior protagonismo na sociedade, consolidando-se como uma importante ala da oposição ao governo imperial. O ápice dessa oposição foi o movimento que culminou com a Proclamação da República, em 1889.

Desde a proclamação até o início da Era Vargas, a segurança nacional figurava na agenda de governo sem muita relevância. À exceção da Revolta do Contestado e de Canudos, não se tiveram crises que impactassem sobremaneira a defesa da soberania e o funcionamento das instituições. Na Era Vargas porém, a ideia de segurança nacional volta a ficar em voga. A esse respeito De Gaspari (2014) declara:

A despeito de ser uma velha conhecida da retórica de Estado no Brasil, o verniz que encobre a ideia de “segurança nacional” entre os anos de 1935-1937 é especialmente simbólico. Isso porque, (...) a proteção da segurança nacional despontou, sem dúvida alguma, como um dos cânones que justificaram a tomada de fortes e sistemáticas medidas restritivas de direitos pelo Estado. (p.12)

As medidas as quais De Gaspari se refere concretizam-se em exemplos como a censura de jornais, expulsão de estrangeiros, prisão de parlamentares,

fechamento de associações políticas e, também presente nos exemplos supracitados, a perseguição do comunismo.



Figura 2. Fonte: <https://incrivelhistoria.com.br/intentona-comunista/>

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A área de defesa nacional não tem sido o foco dos recentes governantes brasileiros desde a década de 90. Conforme Pierranti, Cardoso e Silva (2007) constatam, tendo por influência Oliveira e Soares (2000), atuar na temática militar não representa ganhos na dinâmica eleitoral por não fazerem parte das preocupações de curto e médio prazos do ambiente político. Outro fator seria o pensamento de que a discussão de temas militares caberia somente aos mesmos, e que a colocação desta temática numa posição de prioridade na agenda do governo “seria um pecado contra a postura supostamente pacífica e cordata do povo brasileiro”.

Para a Escola Superior de Guerra, entretanto, a segurança interna de um país integra a sua própria defesa nacional, conforme estatiza em seu manual básico:

A Segurança Interna integra-se no quadro da Segurança Nacional, tendo como campo de ação os antagonismos e pressões que se manifestem no âmbito interno. Não importa considerar as origens dos antagonismos e pressões: externa, interna ou externo-interna. Não importa a sua natureza: política, econômica, psicossocial ou militar; nem mesmo considerar as variadas formas como se apresentem: violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania. Sempre que quaisquer antagonismos ou pressões produzam efeitos dentro das fronteiras nacionais, a tarefa de superá-los, neutralizá-los e reduzi-los está compreendida no complexo de ações planejadas e executadas, que se define como Política de Segurança (BRASIL, 1976, p. 431-432).

Ainda segundo o manual básico da ESG, tem-se um conceito mais amplo no que diz respeito à importância da segurança para a sociedade de uma maneira geral:

Numa sociedade que se está modernizando, Segurança significa Desenvolvimento. Segurança não é material militar, embora esse possa ser incluído no conceito; não é força militar, embora possa ser abrangida; não é atividade militar tradicional, embora possa envolvê-la. Segurança é Desenvolvimento e sem Desenvolvimento não pode haver Segurança (BRASIL, 1976, p. 423)

O principal teórico na área de defesa e segurança nacional é também o principal autor da ESG nos tempos do governo militar, o General Golbery do Couto e Silva. Suas teses muitas vezes se confundem com as teses da própria ESG, e a ele é atribuída a reelaboração da Doutrina de Segurança Nacional, em uma adaptação para o caso brasileiro.

Compartilhando dos mesmos ideais que o General Golbery, temos Joseph Comblin, que no contexto da Guerra Fria, escreveu em sua obra “A ideologia da Segurança Nacional” que:

A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível. Em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o estado está presente e faz intervir a segurança nacional. [...] à onipresença do comunismo responde-se com a onipresença da segurança nacional (COMBLIN, 1978: 55).

Com base nas opiniões supracitadas dos diferentes autores é possível ver a disparidade de opiniões acerca do tema. Enquanto os conceitos esguianos de Golbery Couto e Silva parecem dialogar com os conceitos de Comblin (1978) elas chocam-se com ideários de teóricos como Oliveira e Soares (2000), por exemplo. Essa pluralidade de ideias estimula a discussão acerca do tema, bem como aprofunda o nível da mesma. O entendimento dos ideários destes e de outros autores que ainda serão citados neste trabalho, é de fundamental importância para a assimilação da discussão que esta pesquisa irá explorar.

Devido ao seu objeto de estudo, a pesquisa mais conveniente e a utilizada neste trabalho será do tipo bibliográfica, visando compreender a situação dos diversos atores que, de alguma maneira, impactaram o panorama estudado, bem como entender suas respectivas influências.

2.1 TEMA

A pesquisa a ser realizada tratará do assunto Política Externa e Defesa Nacional e a influência da administração militar na área de defesa nacional, conforme definido no Anexo “F” às diretrizes Gerais para a Governança da Pesquisa Acadêmica e da Doutrina da AMAN, de 18 de janeiro de 2017.

2.2 PROBLEMA

A problemática a ser analisada será: de que maneira a administração militar impactou a orientação governamental na área de defesa nacional?

2.3 HIPÓTESE

Este trabalho parte da hipótese central de que a administração militar foi responsável por mudar a forma como se era tratada a questão da segurança nacional. Se antes dos governos militares ela era vista pela população como algo que dizia respeito somente ao Estado, durante a administração militar ela passou a ser percebida como uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e a sua população. Isso infere-se ao se analisar o contexto político-social que o Brasil e o

mundo passavam. O medo de uma guerra nuclear entre as duas grandes potências mundiais e as ações violentas de movimentos subversivos no interior do território nacional fez com que a segurança nacional passasse a ser tratada no cotidiano da sociedade brasileira. Essa discussão pode ter sido intensificada a partir do desenvolvimento e implementação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) elaborada durante a administração militar.

2.4 OBJETIVO GERAL

O presente trabalho pretende estudar a importância da administração militar na área de defesa nacional.

2.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral do trabalho, foram formulados objetivos específicos, de forma a guiar a compreensão do tema:

- a) Qual foi a importância que esta área passou a ter na agenda do governo no período de administração militar (1964-1985)?
- b) Quais assuntos entraram em voga e passaram a compor a gama de responsabilidades dessa área?
- c) O que foi feito no sentido de se priorizar essa área, fazendo com que a mesma adquirisse um papel de protagonista na agenda de governo dos chefes de Estado?
- d) Quais foram os principais marcos nesta área durante a administração militar?
- e) Apresentar a Doutrina de Segurança Nacional.

2.6 LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

A Lei de Segurança Nacional (LSN) foi promulgada em 1935, durante o governo constitucional de Getúlio Vargas. Com essa lei pretendia-se tipificar os crimes contra a ordem política e social (CPDOC/FGV, 2017, online). Por ordem política e social entende-se justamente a segurança do Estado, submetendo àqueles que infringissem a LSN um regime mais rigoroso.

Para se entender a aprovação desta lei e a sua aplicabilidade é preciso entender o contexto político-social do país naquele momento. Dentre os grupos políticos ebuliam a sociedade com seus ideais, quase todos originários de movimentos sociais europeus, dois se destacavam: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

A AIB surge como uma visível influência do fascismo italiano no cenário político brasileiro da época. Fundada pelo jornalista e escritor Plínio Salgado em 1932, teve o seu ideário sintetizado no Manifesto Integralista, escrito pelo próprio Plínio Salgado no mesmo ano. Neste manifesto incluíam-se ideias como a defesa do nacionalismo, mais na sua forma cultural que econômica e a rejeição do socialismo. Os integralistas, aqueles partidários à AIB, possuíam ainda um código próprio de conduta e cultivavam símbolos e rituais exclusivos, como forma de afirmarem a sua identidade. Devido ao grande número de adesões, a AIB se torna o primeiro partido político de massa organizado nacionalmente no Brasil, com uma expressiva estrutura de imprensa e até mesmo uma milícia armada compondo sua estrutura organizacional (CPDOC/FGV, 2017, online).

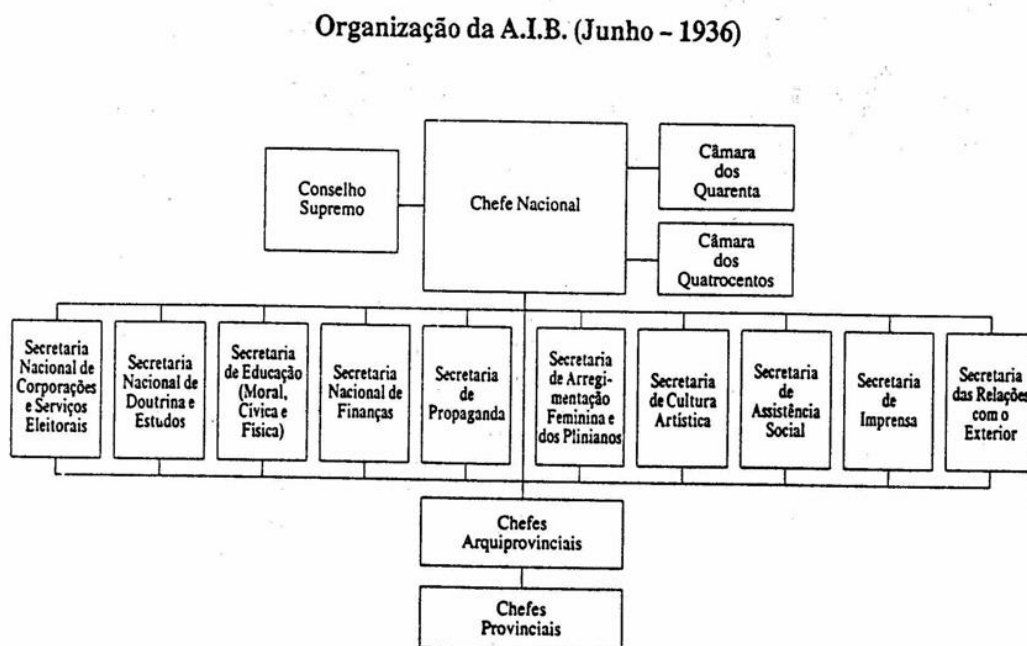


Figura 3. Fonte BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Marília. UNESP, 2006. A ascensão da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)

A ANL, por outro lado, surge para combater o fascismo que espalhava-se na sociedade civil brasileira à medida que a AIB ia ganhando mais adeptos.

É fundada oficialmente em 1935, fruto de reuniões das pequenas frentes antifascistas que reuniam comunistas, socialistas e antigos tenentes do movimento tenentista, que eclodira no país na década anterior. Na ocasião de sua criação, foi escolhido como presidente honorário da organização o exilado Luís Carlos Prestes, que encontrava-se na União Soviética. Nos meses que se sucederam, milhares de

cidadãos filiaram-se formalmente à ANL. O grupo político promovia comícios e manifestações públicas e utilizavam-se de ligações à jornais diários em São Paulo e no Rio de Janeiro para divulgarem suas ações. Em abril de 1935, Prestes retorna do exílio clandestinamente, sob ordens da Internacional Comunista, para promover um levante armado e instaurasse um governo nacional-revolucionário no país. A esse respeito, assim escreveu o Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas:

À medida que a ANL crescia, aumentava a tensão política no país, com freqüentes conflitos de rua entre comunistas e integralistas. No dia 5 de julho, a ANL promoveu manifestações públicas para comemorar o aniversário dos levantes tenentistas de 1922 e 1924. Nessa ocasião, contra a vontade de muitos dirigentes aliancistas, foi lido um manifesto de Prestes propondo a derrubada do governo e exigindo "todo o poder à ANL". Vargas aproveitou a grande repercussão do manifesto para, com base na **Lei de Segurança Nacional**, promulgada em abril, ordenar o fechamento da organização. (CPDOC/FGV, 2017, online, grifo nosso).

A AIB e a ANL protagonizaram embates violentos entre seus partidários. Porém, conforme visto no trecho extraído acima, o Presidente Getúlio Vargas utilizou-se da LSN para reprimir aqueles que apresentassem uma ameaça ao *status quo* de seu governo. No contexto, a ANL foi fechada e seus partidários passaram a atuar na clandestinidade. Impossibilitados de conduzirem as manifestações públicas que promoviam a ligação da organização com as massas, continuam com os planejamentos de Prestes para o levante ordenado pela Internacional Comunista.

O levante, por fim, aconteceria em novembro de 1935, e ficaria conhecido como a "Intentona Comunista", que nada mais foi que uma tentativa desesperada e descoordenada dos comunistas da ANL de derrubar o governo federal pelas armas. Apesar do derramamento de sangue, o levante foi facilmente suprimido por tropas legalistas e, desde então o combate ao comunismo passou a figurar como uma questão de Segurança Nacional. Anos mais tarde, no contexto da Guerra Fria, esse combate se intensificaria e se tornaria umas das questões centrais daquilo que viria a se conhecer como a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Daí a influência histórica da LSN na DSN.

2.7 GUERRA FRIA

Período compreendido o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e o fim da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), em 1991, foi caracterizado pela intensa disputa entre os Estados Unidos e a URSS na política, com a disputa de zonas de influência de suas ideologias ao redor do globo, na ciência, com a intensa corrida espacial travada entre os dois países, na defesa, com a igualmente frenética corrida armamentista – uma vez que os dois países detinham a tecnologia necessária para construção de armas nucleares – e até mesmo no esporte, nas olimpíadas travadas no período, que eram marcadas por um forte sentimento de nacionalismo e disputa de ideologias entre os atletas dos dois países.

Como um dos primeiros teóricos da Guerra Fria, George F. Kennan, observou enquanto encontrava-se como vice-chefe da missão diplomática americana em Moscou, a União Soviética estava muito fraca para muito debilitada para lançar-se em um novo conflito para ampliar a sua zona de influência sobre os países democráticos, mas acreditava ser capaz de expandir-se sob o Ocidente por meio de atos de subversão comandados por partidos comunistas controlados por Moscou (KENNAN, 1946). Esta estratégia, porém, já era posta em prática antes da Segunda Guerra Mundial, conforme visto no capítulo anterior, com o retorno de Luís Carlos Prestes, ainda na clandestinidade em 1935, ao Brasil, na ocasião da “Intentona Comunista”.

A decisão de não querer um conflito direto não era exclusiva da União Soviética. Os Estados Unidos também entendiam que um conflito direto entre as duas grandes superpotências da Guerra Fria seria extremamente improdutivo, além de arriscado para a própria existência dos dois países. A respeito disso, Ferreira (2012) escreve:

O desenvolvimento da bomba atômica pelos Estados Unidos e, posteriormente, o domínio dessa tecnologia pela URSS transformaram os rivais capazes de conduzir uma guerra, utilizando artefatos atômicos. Entretanto, o poder de destruição, propiciado pela corrida armamentista, era tão grande que logo se desenvolveu a tese da “destruição mútua assegurada”: dificilmente os antagonistas teriam a audácia de utilizar amplamente o seu arsenal; e o peso da responsabilidade em apertar o “botão vermelho”, responsável pela destruição do mundo, era um fardo muito grande para qualquer governante carregar [...] (FERREIRA, 2012, pg 27)

Embora os dois países evitassem ao máximo o confronto direto, existiu um episódio peculiar no contexto da Guerra Fria que vale ser mencionado e que, segundo Domingos (2013), “foi a fase mais quente da Guerra Fria”. Trata-se da Crise dos Mísseis. Em 1962, o governo estadunidense descobriu a construção de bases de lançamento de mísseis por parte dos soviéticos em Cuba. “Os mísseis tinham alcance de 1600km e tinham capacidade de, uma vez armados, explodirem sobre Washington em 13 minutos” (DOMINGOS, 2013 apud DOBBS, 2009, p.18). O presidente John F. Kennedy ordenou a quarentena e a ilha ficou isolada, impossibilitando embarcações soviéticas de aportarem. A guerra era iminente. A crise atingira seu ponto máximo. Por fim, os governantes dos dois países conseguiram resolver a situação de forma diplomática. A URSS cancelaria a construção das bases e removeria todo material ofensivo da ilha enquanto os EUA removeriam todo material considerado ofensivo da Turquia, no acordo firmado entre as duas superpotências (CASTAÑARES, 1995).

A Guerra Fria, marcou profundamente as relações internacionais, em especial na América Latina, onde conflitos ideológicos entre o comunismo e os ideais ocidentais eram mais evidentes. Os EUA temiam a ascensão de regimes socialistas nos países latinos. No sentido de evita-los, se deu na décima conferência interamericana, na cidade de Caracas. Nesta oportunidade, a “declaração de Caracas” condenava a intervenção do comunismo internacional na América Latina, por parte da Organização dos Estados Americanos (OEA). Esta declaração também lançou as bases pro que viria a se tornar a DSN, consolidada na administração militar, dez anos depois (FERNANDES, 2009).



Figura 4. Fonte: <https://www.gq-magazine.co.uk/article/jfk-assassination>

2.8 DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) no Brasil foi um conjunto de ideários que nortearam a política de Segurança Nacional durante a administração militar. Elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, teve a sua origem embrionária para a América Latina na já mencionada Declaração de Caracas de 1954. Na ocasião, vale lembrar que os EUA conseguiram que os governantes latino-americanos se pusessem contrários à intervenção comunista internacional em seus países (FERNANDES, 2009). A respeito da DSN, Ferreira (2016) escreve:

Por D.S.N. entendemos como um corpo teórico, que compreendeu basicamente alguns tópicos, quais são: a criação de um arsenal teórico de defesa da liberdade e dos ideários da civilização ocidental e cristã, com uma linha ideológica conservadora, liberal e positivista, que pregava a soberania do Estado como algo ilimitado. Este conjunto teórico foi elaborado dentro do contexto da guerra fria, com uma clara demonstração das disputas hegemônicas entre grandes potências daquele período e a consolidação desta região da América latina como uma área de influência dos Estados Unidos da América [...] (FERREIRA, 2016, p.2)

Na América Latina, foi difundida pelas escolas militares criadas a partir da influência americana da *National War College* (NWC), criada em 1946 e que tinha por objetivo o estudo e aperfeiçoamento da política externa americana. No continente sulamericano, várias foram escolas que surgiram a partir do conceito da NWC: a Escola Superior de Guerra (ESG), no Brasil, a Academia de Guerra, no Chile, a Escola de Altos Estudos Militares, na Bolívia e assim por diante (FERNANDES, 2009).

A ESG surge em 1949, como uma expansão e consolidação de um projeto lançado em 1942, que consistia em um curso de Alto Comando a ser frequentado por coronéis e generais, similar ao que hoje seria a ECEME. A instituição possuía como meta desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o planejamento da Segurança Nacional. (FERNANDES apud MIYAMOTO; GONÇALVES. 2000. p. 177). A escola não era exclusivamente para militares, o que foi fundamental para a construção e a difusão do ideário da DSN no seio da sociedade civil. O corpo docente recebia apoios de “palestrantes civis responsáveis por lecionar disciplinas temáticas econômicas e sociais” (FERREIRA, 2012) e o corpo discente era composto também por civis com curso superior. A ligação entre a ESG e a DSN é tão forte, que um de

seus principais professores, o General Golbery do Couto e Silva, é conhecido como um dos maiores teóricos da área de Segurança Nacional no Brasil (FERREIRA, 2012).

Golbery do Couto e Silva publica, em 1958, a obra *Planejamento Estratégico*, pela Biblioteca do Exército. A obra tornou-se referência obrigatória para a compreensão do conceito de Segurança Nacional, particularmente na forma como passou a ser repensado nos governos militares. A Segurança Nacional, segundo Golbery, significava a destruição de possíveis ameaças à rotina da sociedade, ao funcionamento do Estado, e à vida dos governantes. Já para Comblin (1978), a Segurança Nacional elimina as barreiras entre política externa e política interna. Trazendo para o contexto da DSN, a definição dos dois autores antefere dois conceitos chave da doutrina: o de “inimigo interno” e o de “fronteiras ideológicas”. São conceitos chave da DSN, segundo Padrós (2007, p.44):

[...] “inimigo interno”, “guerra interna”, “subversão”, “contra-insurgência”, “Estado como ser vivo”, “objetivos nacionais”, etc., foram disseminados pelos países da região através de diversos mecanismos de transmissão [...] (PADRÓS, 2007)

Conforme explorado, o conceito de Segurança Nacional passa a ser repensado no período da administração militar. A influência de autores como Golbery e Comblin, juntamente com o pensamento estratégico naturalmente voltado para a defesa dos governantes militares, corroborou para a priorização da área de Segurança Nacional nos governos militares, tamanha a importância desta área que passava a figurar como um dos temas centrais na agenda de governo dos chefes de Estado.

2.9 GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A guerra revolucionária constitui-se como o meio mais violento de contestação do poder. A concepção é desenvolvida por ingleses e principalmente franceses, com a experiência na campanha da Indochina (1946-1954) (FERNANDES, 2009). Antes dos ingleses e franceses porém, tem-se uma figura muito importante para o entendimento do conceito de guerra revolucionária. Trata-se do revolucionário chinês Mao Tsé-Tung.

A intenção do trabalho não é abordar a vida de Mao, mas de compreender o modelo maoísta de guerra revolucionária, bem-sucedido na China colonial dos anos 30 do século passado. Compreender o método maoísta também é necessário para a

fundamentação teórica com a qual pode-se estabelecer claramente um paralelo com a guerra revolucionária (ou pelo menos a tentativa dela) ocorrida no Brasil, com o movimento estudantil subversivo brasileiro, assunto ainda a ser explorado neste trabalho.

Tomando por base o texto *Os problemas estratégicos da guerra revolucionária na China*, escrito em 1936 por Mao Tsé-Tung, é possível estabelecer sintetizar o método maoísta de guerra revolucionária em cinco fases, são elas: a preparação para a clandestinidade, a primeira onda de atentados, a ação de bandos armados, a criação de zonas liberadas e, por fim, uma ofensiva geral. Cada fase foi colocada em prática meticulosamente por partidários comunistas chineses liderados por Mao, culminando com proclamação da República Popular da China, em 1949.

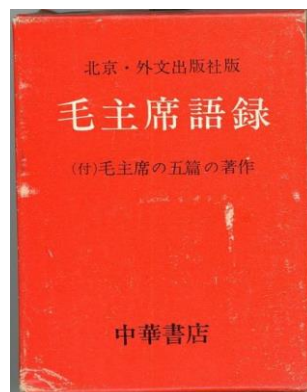


Figura 5. Fonte: <https://super.abril.com.br/cultura/livro-vermelho/>

Segundo o *Manual básico* da ESG, a guerra revolucionária é definida como:

Conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa a conquista do poder pelo controle progressivo da nação. (BRASIL, 1976, p. 78)

Pode-se notar, evidentemente, os pontos em comum entre a definição do manual da ESG e o caso chinês. Porém, utilizando-se como objeto de estudo as guerras no sudeste asiático, sendo elas a campanha francesa na Indochina e a guerra entre os “dois Vietnãs” as principais, chega-se a uma nova proposição:

A idéia de GR [guerra revolucionária] apenas como conflito interno tende a modificar-se. O exemplo da Indochina serve para validar essa assertiva. A guerra revolucionária que envolve os dois Vietnãs, o Laos, o Camboja e a Tailândia é, em verdade, uma mesma e única guerra que pouco

respeita fronteiras. Luta interna, pois, para cada país, e externa, quando de cada país transborda para os seus vizinhos. (BRASIL, 1976, p. 92)

Para o contexto brasileiro, com a DSN sendo implantada, a definição *esguiana* para guerra revolucionária, conferiu um importante grau de legitimidade aos assuntos de Segurança Nacional, pois, conforme cita Alves (2005):

Enquanto os estrategistas militares norte-americanos da segurança nacional privilegiavam o conceito de guerra total e guerra nuclear, os latino-americanos, preocupados com o crescimento de movimentos sociais da classe trabalhadora, enfatizaram a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária. (ALVES, 2005, p.40)

A guerra revolucionária, no Brasil, não foi bem sucedida. O Partido Comunista do Brasil (PC do B), junto com grupos armados subversivos estudantis, tentou emplacar uma guerra revolucionária com o intuito de estabelecer no Araguaia uma zona liberada para uma ofensiva geral. Este episódio ficaria conhecido como a “Guerrilha do Araguaia”.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

O presente trabalho foi desenvolvido pautado na pesquisa bibliográfica através da análise de documentos oficiais, artigos, trabalhos e livros publicados acerca do assunto. Este método foi escolhido por proporcionar ao pesquisador uma visão macro do assunto mais integralizada que aquela que poderia se ter em uma pesquisa direta acerca do tema. O processo de pesquisa se deu da seguinte forma:

Etapa 1: busca de material.

Etapa 2: seleção de textos de acordo com os objetivos propostos.

Etapa 3: leitura do texto.

Etapa 4: referenciação de ideias dos textos após uma leitura crítica do material

Etapa 5: citação das fontes, conforme padronização imposta pelas regras da ABNT, evitando-se assim a problemática do uso indevido dos trabalhos de terceiros.

Os exemplos mais típicos desse tipo de pesquisa são investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõe a análise das diversas nuances de um problema. (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009 apud GIL, 2007, p. 44)

4 MOVIMENTO ESTUDANTIL SUBVERSIVO

O movimento estudantil passa a figurar como um importante ator político na década de 60. Isso se deu pela expansão vertiginosa do ensino superior no Brasil, com o número de matrículas triplicando-se entre os anos 40 e 60 (MARTINS, 2002).

O aumento de estudantes coincidiu com a consolidação de correntes políticas no meio universitário. O marxismo, projeto socialista de transformação da ordem social, permeou as ideologias ligadas à esquerda e encontrou nas universidades o seu maior número de adeptos e principal vetor de disseminação (CANCIAN, 2014). No princípio, as pautas eram voltadas para a reforma do sistema de ensino, em especial nas universidades. Sobre este tema, afirma Martins (2002):

O período de 1945 a 1968 assistiu à luta do movimento estudantil e de jovens professores na defesa do ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e na reivindicação da eliminação do setor privado por absorção pública [...] O elitismo se refletia no atendimento de parcela mínima da população, sobretudo dos estratos mais privilegiados. O que se pretendia era a extinção da cátedra, com organização departamental dependente de decisões democráticas [...] O catedrático vitalício, com poderes de nomeação ou demissão de auxiliares, era tido como empecilho à organização de uma carreira universitária [...] (MARTINS, 2002).

Porém, com a ascensão do regime militar, e o enquadramento do comunismo como questão de Segurança Nacional a ser combatido pela DSN, o movimento estudantil brasileiro passa constituir uma importante massa de manobra para a oposição ao regime, uma reação natural, tendo em vista a já mencionada orientação marxista do movimento. Nesse contexto, surgem o foquismo e o maoísmo, vertentes do marxismo elaboradas por Che Guevara e Mao Tsé-Tung, respectivamente, e que pregavam a luta armada e a preparação para a guerrilha objetivando a guerra revolucionária como forma mais veemente de contestação política (SANTOS, 2009).

A inserção do foquismo e o maoísmo corroborou para a radicalização do movimento estudantil, que passou a cada vez mais criticar a coexistência pacífica. O status quo passava a ser afetado. Grupos subversivos multiplicam-se, dentre eles: MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), VAR-PALMARES (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares) e o

PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), surgido de uma cisão do PCB e tendo como muitos de seus partidários estudantes universitários. A subversão, aliás, foi o que motivou o recrudescimento do regime militar. Em entrevista ao jornal Estadão, assim afirmou o escritor Hugo Studart:

[...] o marco inicial da luta armada é o atentado ao Aeroporto de Guararapes, no Recife, em julho de 1966, que pretendia matar o então ministro da Guerra, Arthur da Costa e Silva, mas acabou matando dois inocentes e ferindo 14 pessoas. Foi um desastre sob o ponto de vista político e histórico [...] Mas aquele atentado provocou a ascensão da linha dura militar ao poder. Ato contínuo, começaram a proliferar novas organizações da luta armada, como a ALN (*Ação Libertadora Nacional*), de Carlos Marighella, e a VPR (*Vanguarda Popular Revolucionária*), do capitão Carlos Lamarca, com atentados terroristas. Os generais foram reagindo com o endurecimento, até a instauração do regime autocrático, a ditadura pura e simples, a partir do AI-5 (*Ato Institucional n.º 5*) [...] (STUDART, 2019)

O recrudescimento do regime militar, conforme visto, se deu pelas ações destes movimentos subversivos. Neste contexto, a DSN fica mais em voga pois, uma vez identificados os “inimigos internos”, a ação social da DSN se torna mais contundente, inclusive no seu caráter repressivo (PADRÓS, 2005).

5 O IMPACTO DA DSN NA SOCIEDADE

A política de Segurança Nacional nos governos militares foi norteadada pela DSN. À época, conforme já explorado, a existência de um “inimigo interno” e uma “fronteira ideológica” avocavam à sociedade, questões de segurança nacional (FERREIRA, 2016).

Com a radicalização dos movimentos estudantis, vieram os sucessivos atentados à bomba, assaltos a bancos, a quartéis, sequestro de embaixadores entre outras ações subversivas que visavam desestabilizar o poder central, seguindo os ideais foquistas e maoístas (SANTOS, 2009). A aplicabilidade de uma política de Segurança Nacional deveria ocorrer de forma que houvesse uma sinergia de esforços para que só assim se alcançasse seu entendimento pleno.

Para que a política de segurança nacional, segundo Golbery, fosse posta em prática em sua plenitude, era necessário que o Estado trabalhasse no sentido de aproveitar ao máximo o potencial econômico do país, para que o poder nacional, entendido como o somatório do poder militar, da capacidade econômica e da governabilidade do atual governo, fosse fortalecido. (PIERRANTI; CARDOSO; SILVA, 2007).

A sociedade brasileira, que é o enfoque deste capítulo, passou por mudanças estruturais durante os anos da administração militar. O enfoque no combate a ideologias como o comunismo, uma das premissas da DSN, impactou também as áreas de educação, saúde e, evidentemente, a segurança. Os impactos nessas áreas serão expostos neste capítulo, extraídos de monografias e dados oficiais.

A educação brasileira passou por conturbações. Conforme já exposto no trabalho, os movimentos estudantis eram muito influenciados por ideologias que eram combatidas pelo governo, conforme as próprias diretrizes da DSN. Para a educação, isso refletiu na prisão de muitos professores e estudantes do ensino superior, devido ao envolvimento ou participação direta em atividades subversivas. Esta assertiva é corroborada pelo grau de tendenciosidade dos estudos destes alunos e professores, presos na época do regime, acerca da educação durante os governos militares, conforme visto no excerto de uma monografia publicada no site Brasil Escola:

Foram vinte e um anos de regime ditatorial no país, que significaram um período de muitos conflitos, violência e resistência. Muitos líderes estudantis

foram presos, universidades foram invadidas e controladas, a União Nacional de Estudantes foi sufocada. Boa parte da população que viveu esse tempo conheceu formas muito específicas de dor e silêncio que, no contexto do regime, tiveram uma conotação de coerção e medo (FONSECA apud ROSA, 2006, p.37).

Uma iniciativa, que vale a pena ser mencionada na área de educação foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). O MOBRAL foi uma fundação instituída no âmbito do Ministério da Educação em 1967 que objetivava, ambiciosamente, a erradicação total do analfabetismo até 1975 (CPDOC/FGV, 2017, online).

A atuação típica do Mobral desenvolveu-se através de quatro programas: 1) alfabetização funcional, com cinco meses de duração e duas horas diárias de aulas, em postos onde os alunos eram escolarizados sob a direção de monitores; 2) educação integrada, com 12 meses de duração, posteriores à alfabetização, compreendendo as primeiras séries do ensino de primeiro grau; 3) desenvolvimento comunitário, com dois meses de duração, com o objetivo de induzir os alunos a participar de empreendimentos de interesse comum; 4) atividades culturais, desenvolvidas segundo formas não-escolares, sem prazo determinado, pretendendo a **ampliação do universo cultural** da população atingida. (CPDOC/FGV, 2017, online, grifo nosso).

A influência da DSN na atuação do MOBRAL se dava na educação tecnicista, voltada para a formação do profissional, e objetivava a organização e eficiência. A meta do MOBRAL, porém, não foi batida. Resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1976 apontam para uma redução de 4% da taxa de analfabetismo do começo do programa até aquele ano.

Voltando para a análise dos impactos da DSN na sociedade brasileira, agora sob o ponto de vista da saúde pública, observa-se, diferente do que ocorreu na área da educação, uma acentuada melhora, com fundamentos que serviriam de base para políticas públicas de saúde até mesmo depois dos governos militares (Portal Educação, online, 2019).

Ainda segundo o site Portal Educação, e sobre a saúde pública nos governos militares:

[...] a ação inicial para a saúde neste período consistiu na publicação, em 1967, do Decreto-Lei 200 que definiu de forma geral o modo de organização da administração pública e, com relação ao sistema de saúde, redefiniu as competências do Ministério da Saúde que passaram a ser: a formulação da Política Nacional de Saúde, a assistência médica ambulatorial, [...] controle sanitário e pesquisas na área da saúde. Com essas alterações, o Ministério da Saúde deixou de ser apenas um aparato burocrático para se tornar efetivamente o órgão máximo de gestão responsável pela condução das políticas públicas de saúde no país. (PORTAL EDUCAÇÃO, online, 2019)

Foi criado ainda, em 1975, o sistema Nacional de Saúde, que instituiu uma regularização da assistência à saúde em todo o território nacional. Esta iniciativa é considerada o embrião do que viria a se tornar o Sistema Único de Saúde (SUS).

Na área de segurança, as mudanças foram contundentes. Neste contexto, cabe o questionamento: quais assuntos passaram a compor a gama de responsabilidades desta área? Ao analisar conceitos chave da DSN, tais como “inimigo interno” e “fronteiras ideológicas”, elucidados por Golbery e por Comblin, chega-se a resposta: Caberia ao Estado, no âmbito da Segurança Nacional, “combater” esse inimigo interno, bem como “guarnecer” as fronteiras ideológicas do país.

Em suma, o “inimigo interno”, caracterizado pelos movimentos subversivos de orientação foquista e maoísta que se apresentava como um novo agente político-social no seio da sociedade brasileira, deveria ter a sua influência desestimulada e as “fronteiras ideológicas”, que impediam a democracia brasileira de se tornar uma “ditadura do proletariado”, deveriam ser preservadas.

6 AS FFAA E A SEGURANÇA NACIONAL PÓS 1985

Com o fim do regime militar em 1985, surgiu a necessidade de se redefinir o papel das Forças Armadas (FFAA) não só na Segurança Nacional, mas na sociedade como um todo. A desconfiança era tônica e mútua. Existia, entre os intelectuais progressistas regressos do exílio e aqueles que aqui permaneceram, uma discussão sobre como se daria o retorno do governo à esfera civil. Esta discussão ocasionou uma demora nas políticas a serem adotadas naquele momento de transição entre o governo sob responsabilidade dos militares para os civis (PIERRANTI; CARDOSO; SILVA, 2007).

Como resultado, o processo de transição foi pactuado de forma que os militares fossem preservados da radicalização dos debates sobre a participação, no âmbito político-partidário, no novo regime. Por outro lado, dificultou também a reorganização da função constitucional das Forças Armadas (OLIVEIRA; SOARES, 2000). Neste contexto, a discussão do assunto Segurança Nacional, no início do governo civil, não foi priorizada. Tal fato contribuiu para a permanência da visão de Segurança Nacional conforme o planejamento estratégico de Golbery, que vigorava nos governos militares (PIERRANTI; CARDOSO; SILVA, 2007).

Ainda conforme Pierranti, Cardoso e Silva (2007) tem-se que:

[...] a permanência dessa visão de segurança nacional, fatores outros devem ser considerados. Entre eles, as teorias da inexistência de risco iminente e da tradição jurídica brasileira [...] são hipóteses relevantes que se complementam. Delas se obteve o seguinte resultado: alguns parlamentares brasileiros não reconheceram, em discursos e proposições, uma prioridade às questões militares, por inexistirem ameaças evidentes de guerra. (PIERRANTI; CARDOSO; SILVA, 2007).

A questão da necessidade de se redefinir o papel das Forças Armadas só entraria realmente em voga no processo constituinte de 1988. Neste contexto, os assuntos militares eram vistos como um “problema a ser resolvido pelos setores empenhados em consolidar a democracia”. Findo o processo constituinte, e em relação às FFAA, ficou definido o seguinte:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e **destinam-se à defesa da Pátria, à**

garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Quanto à segurança pública, ficou definido que:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – polícias civis;

V – polícias militares e bombeiros civis (BRASIL, 1988)

Conforme visto, os papéis ficaram bem definidos com a nova constituição. Às FFAA não mais caberiam as atividades vinculadas a segurança pública, ficando estas sob responsabilidade das forças auxiliares.

Com o fim da Guerra Fria, o “inimigo interno”, que outrora era uma questão central na Segurança Nacional, foi derrotado. O fim do perigo comunista trouxe também um certo grau de obsolescência à DSN. Às FFAA agora competiriam a defesa da nação contra um possível inimigo externo num mundo não mais bipolar, mas marcado pela volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade.

7 CONCLUSÃO

O objetivo geral deste trabalho foi analisar a influência da administração militar na área de Segurança Nacional para que se pudesse destacar alguma influência residual daquela época nos governos pós regime militar. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa bibliográfica por meio de documentos oficiais, artigos, trabalhos e livros publicados acerca da literatura visando o suporte para materialização do trabalho.

O capítulo 2.8 explorou diversas nuances da DSN e concluiu com a importância que a área de Segurança Nacional passou a ter na agenda de governo no período de administração militar. Mas o que de fato foi feito no sentido de se priorizar esta área, fazendo com que esta adquirisse um papel central na agenda dos chefes de Estado? A respeito disso, conclui-se, ainda no capítulo 2.8, que o próprio pensamento estratégico dos governantes militares, influenciado por teóricos como Golbery e Comblin, é voltado naturalmente para a defesa, sendo esta área vista como estratégica e imprescindível para o desenvolvimento. Portanto, o simples fato de se ter governantes militares no poder já corroborou para a priorização da área de Segurança Nacional.

Conforme visto no capítulo 5 deste trabalho, a DSN impactou sobremaneira a forma como se encarava a Segurança Nacional. Viu-se também neste trabalho, no capítulo 7, que uma política consistente de Segurança Nacional não resistiria a mudanças drásticas de orientações governamentais a cada quatro anos, devendo-se haver uma estabilidade nos compromissos assumidos com a área em questão (PIERRANTI; CARDOSO; SILVA, 2007).

Sendo assim, por mais que atualmente no campo da economia a forte influência do neoliberalismo pregue a existência de um Estado Mínimo, o Estado não pode reduzir a da mesma maneira a sua participação na área de Defesa. Conforme Pierranti, Cardoso e Silva (2007) declaram:

É possível, portanto, que o Estado privatize suas empresas e afaste-se do planejamento em diversas áreas, entregando-o à iniciativa privada. É possível que o Estado conte com o apoio privado para desenvolver e manter mecanismos ligados à infraestrutura e à logística. É até possível que o Estado aposte nessa parceria como uma forma salutar de redução de custos, sem prejuízo da eficiência. É possível, ainda, que o Estado opte por diminuir o orçamento de diversos setores [...] essas possibilidades são, entretanto, limitadas. Como a defesa da nação não é atividade econômica que possa ser explorada pela iniciativa privada, cabe ao Poder Executivo garanti-la e ao Poder Legislativo discuti-la e, depois, apoiá-la, o que significa a necessidade

de investimentos constantes em recursos humanos, estudos e renovação de aparato militar [...] (PIERRANTI; CARDOSO; SILVA, 2007, p.46)

A influência residual, portanto, se deu através da própria DSN. É claro que o modelo proposto por Golbery, formulado na década de 50 e 60 do século passado, sofreu mudanças em sua estrutura. O Estado não mais estende sua ação à todas as áreas, o que dificulta a captação de recursos para a produção de uma Segurança Nacional sólida e plena (PIERRANTI; CARDOSO; SILVA, 2007). Diante do exposto, é inegável que a ideia força de Golbery ainda se mantém irrefutável: o Estado ainda é o principal responsável por garantir a Segurança Nacional.

Por conseguinte, chega-se à conclusão deste trabalho com a ideia de que a maior influência da administração militar na área de segurança nacional foi a presença irreduzível do Estado na área, e que a mesma deverá figurar sempre como uma das preocupações centrais de um governo, pois sem segurança nunca haverá desenvolvimento.

8 REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Bauru: Edusc, 2005.

Ações da esquerda armada endureceram regime militar, disponível em:

<https://politica.estadao.com.br/blogs/neumanne/acoes-da-esquerda-armada-endureceram-regime-militar-diz-professor/>. Acesso em 24 fev 2019

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. Fundamentos teóricos. *Manual básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1976.

CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira. Documentos básicos sobre história de las relaciones internacionales (1815-1991). Madri: Complutense, 1995

COMBLIN, J. A ideologia da segurança nacional: o poder militar da América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978

DOMINGOS, Charles Sindarta Machado. 50 anos da Crise dos Mísseis: Horror nuclear em tempos presentes. Rio Grande: UFRGS, 2013.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. Londrina: UEL, 2009.

FERRER, Francisca Carla Santos. A (re)organização do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai. Rio Grande: UFRG, 2005.

FERREIRA, Moisés Carlos. A implantação da D.S.N - Doutrina de Segurança Nacional e a Operação Condor no Brasil e Argentina. São Paulo: USP, 2016.

Governo João Goulart, disponível em:
<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-joao-goulart-1961-1964-polarizacao-conduz-ao-golpe.htm>. Acesso em 12 fev 2019

Lei de Segurança Nacional, disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional>. Acesso em 12 fev 2019

O Império brasileiro e a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (1821-1891), disponível em:

http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/imprio_brasileiro.pdf. Acesso em 19 fev 2019

PIERRANTI, O. P.; CARDOSO, F.S.; SILVA, L.H.R. Reflexões acerca da política de segurança nacional: alternativas em face das mudanças no Estado. Rio de Janeiro: RAP, 2007.

Reflexões acerca da educação durante a ditadura militar brasileira (1964 – 1985), disponível em:

<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/reflexoes-acerca-educacao-durante-ditadura-militar.htm>. Acesso em 03 mar 2019

Regime militar: histórico da saúde pública, disponível em:

<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/regime-militar-historico-da-saude-publica/34823>. Acesso em 03 mar 2019

Sessão que decretou a vacância do cargo de Jango em 1964, disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/11/14/tumulto-marcou-sessao-que-decretou-vacancia-do-cargo-de-jango-em-64>. Acesso em 21 fev 2019

SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. Marília: UNESP, 2009

SILVA, Golbery do Couto e. Planejamento estratégico. Brasília: UnB, 1981

SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2009.